



# PROCURADOR DO MUNICÍPIO

19/01/2014

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	11 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO FOR AUTORIZADO

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 50 questões.
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha, no cartão-resposta, a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. As provas terão a duração de **quatro horas**, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta e a coleta da impressão digital.
5. Você só poderá retirar-se do prédio após terem decorridas **duas horas** de prova. O caderno de questões só poderá ser levado depois de decorridas **três horas** de prova.
6. Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em Relatório de Sala e nele posicionadas suas respectivas assinaturas.
7. **AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.**

Leia o Texto 1 para responder às questões de **01** a **06**.

### Texto 1

#### O barquinho que se tornou "O Barquinho"

**Roberto Menescal**

Com 14 anos, ganhei um material para mergulho. Coisa muito simples, uma máscara de mergulho, um pé de pato e um canudo para respirar na superfície. Como sou capixaba, mesmo morando no Rio de Janeiro, era no Espírito Santo que passava todas as férias.

Fiquei apaixonado pelo mar e pela caça submarina, tornando-me um terrível predador, querendo caçar todos os grandes peixes que via.

Aos 17 anos, comecei em Vitória a tocar violão, e no fim dessas férias, voltando ao Rio com essa novidade, descobri que Nara Leão, minha namoradinha nessa época, também tinha começado a tocar o instrumento em suas férias em Campos do Jordão.

Foi uma maravilha, pois quase todas as noites eu ia a seu apartamento para tocarmos. Sempre aparecia alguém para cantar e tocar com a gente, e assim foi-se armando um grupo que em dois anos começou a compor suas músicas e se tornou o que foi chamado de "a turma da bossa nova".

A turminha da gente de vez em quando ficava chateada comigo, pois várias vezes fugi de entrevistas e mesmo de alguns shows porque tinha pescaria marcada.

Claro que minhas histórias de pescador, comprovadas por fotos, faziam sucesso nos nossos encontros e cada vez mais minhas músicas nasciam do mar.

Um dia em 1961 resolvi levá-los para um passeio de fim de semana. Pegamos um barco alugado em Arraial do Cabo (RJ) e começamos nossa aventura. O dia estava lindíssimo, com águas claras e quentes, e as poucas ondas, apesar de assustarem a moçada, não prejudicaram nosso passeio.

Comecei a mergulhar e a pegar lagostas, badejos e outros peixes, deixando de boca aberta a turma, Nara Leão, Ronaldo Bôscoli, o pessoal do Tamba Trio, algumas das meninas que nos acompanharam e minha futura mulher, Yara.

Levei-os para um lugar mais raso onde todos desajeitadamente fizeram o batismo no fundo do mar. Lá pelas 15h, desligamos o motor e fomos fazer um lanche, deixando que o barco deslizasse à vontade por aquele lindo dia.

Quando fomos ligar o motor para continuarmos o passeio, ele não quis pegar de jeito nenhum, apesar das dezenas de tentativas que fizemos, até acabar a bateria.

Claro que o pavor crescia cada vez que víamos o quanto estávamos longe da ilha. Fiquei tentando acalmar a turma enquanto tentava fazer o motor pegar, girando uma manivela.

Para tentar mostrar que tudo ia correr bem, eu cantarolava junto ao barulho que o motor fazia nessas tentativas de funcionamento.

De repente, perto das 18h, vimos uma grande embarcação de pesca vindo do horizonte em direção a Cabo Frio. Amarramos algumas roupas coloridas aos remos e fizemos sinais para que nos vissem.

Em poucos minutos eles mudaram o rumo. Os pescadores vindo da Bahia nos deram todo o apoio e começaram a nos rebocar em direção ao Arraial do Cabo.

Neste mesmo momento, Bôscoli e eu fizemos de brincadeira o verso: "O barquinho vai, e a tardinha cai", refrão que fomos cantando até nossa chegada ao cais, enfim são e salvos! No dia seguinte, no apartamento de Nara Leão em frente ao mar de Copacabana, Bôscoli me perguntou: "Beto, como foi aquela melodia que você fez ontem no barco?". Respondi cantando: "O barquinho vai, a tardinha cai".

Ele me disse "não, essa eu me lembro, estou falando daque-

la quando você tentava fazer o motor pegar". "Ronaldo", falei, "não me lembro exatamente, mas foi uma coisa meio sincopada, igual ao barulho de um motor falhando, tá, tá, tá, tá...".

Então começamos a compor esse que se tornaria nosso maior sucesso, "O Barquinho".

Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/](http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/)>. Acesso em: 6 de jan. 2014.

### — QUESTÃO 01 —

Quanto à escolha lexical, o sentido produzido pelo título do texto é construído com base

- (A) na distinção do sentido de *embarcação* como veículo de passeio e como construção metafórica.
- (B) no modo como aventuras fictícias são transformadas em experiências poéticas.
- (C) na diferença entre a referência genérica nos nomes comuns e a referência específica nos nomes próprios.
- (D) no equilíbrio entre as características do barco, pequeno e alugado, e a maneira como ele era visto pelo compositor.

### — QUESTÃO 02 —

No texto, é um recurso linguístico produtivo para demonstrar o envolvimento afetivo do autor com as experiências narradas, o uso

- (A) do diminutivo para se referir à sua namorada e à sua turma.
- (B) da alternância entre os tempos verbais para ancorar os eventos narrados.
- (C) de numerais para expressar grandezas exatas.
- (D) de locativos para designar nomes de cidades.

### — QUESTÃO 03 —

O narrador recorre à elaboração hiperbólica para fazer progredir o tema. Esse recurso está explícito no seguinte trecho:

- (A) "Com 14 anos, ganhei um material para mergulho. Coisa muito simples, uma máscara de mergulho, um pé de pato e um canudo para respirar na superfície".
- (B) "Fiquei apaixonado pelo mar e pela caça submarina, tornando-me um terrível predador".
- (C) "Um dia em 1961 resolvi levá-los para um passeio de fim de semana. Pegamos um barco alugado em Arraial do Cabo (RJ)".
- (D) "Os pescadores vindo da Bahia nos deram todo o apoio e começaram a nos rebocar".

**— QUESTÃO 04 —**

A voz do coautor da letra da canção “O Barquinho” é delimitada no texto por

- (A) vírgulas.
- (B) verbos de dizer.
- (C) substantivos concretos.
- (D) aspas.

**— QUESTÃO 05 —**

Os elementos da estruturação narrativa que marcam no texto instâncias temporais e contribuem para a progressão temática são os seguintes:

- (A) “maravilha”, “a seu apartamento para tocarmos”, “arrumando um grupo”.
- (B) “um dia”, “nesse mesmo momento”, “quando fomos ligar o motor”.
- (C) “fugi de entrevistas”, “pescaria marcada”, “pescador”.
- (D) “algumas roupas”, “sinais”, “águas claras e quentes”.

**— QUESTÃO 06 —**

A construção metafórica “deixando de boca aberta a turma” é usada pelo autor para enfatizar suas

- (A) composições musicais.
- (B) habilidades como pescador.
- (C) aventuras amorosas.
- (D) conquistas profissionais.

Releia o Texto 1 e leia o Texto 2 para responder às questões **07** e **08**.

**Texto 2****O Barquinho****Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli.**

Dia de luz  
Festa de sol  
E o barquinho a deslizar  
No macio azul do mar  
Tudo é verão  
O amor se faz  
Num barquinho pelo mar  
Que desliza sem parar  
Sem intenção nossa canção  
Vai saindo desse mar  
E o sol beija o barco e luz  
Dias tão azuis  
Volta do mar  
Desmaia o sol  
E o barquinho a deslizar  
E a vontade de cantar  
Céu tão azul  
Ilhas do sul  
E o barquinho é um coração  
Deslizando na canção  
Tudo isso é paz  
Tudo isso traz  
Uma calma de verão e então  
O barquinho vai  
A tardinha cai

Disponível em: <[www.lettras.mus.br/roberto-menesca1](http://www.lettras.mus.br/roberto-menesca1)>. Acesso em: 6 jan. 2014.

**— QUESTÃO 07 —**

Os versos curtos da letra de “O Barquinho” fazem uma associação com o barulho do motor. Essa associação é marcada no Texto 1 por

- (A) ambiguidade.
- (B) polissemia.
- (C) onomatopeia.
- (D) adjetivação.

**— QUESTÃO 08 —**

Os fatos vividos pelo narrador do Texto 1 inspiraram a criação do Texto 2. O verso “O amor se faz” remete

- (A) ao casamento com Yara e constitui uma paráfrase.
- (B) à paixão de Menescal pelo mar e instaura correferencialidade.
- (C) à chateação da turminha com as ausências do compositor e configura uma paródia.
- (D) ao namoro com Nara Leão e promove intertextualidade.

Leia o Texto 3 para responder às questões 09 e 10.

**Texto 3**



Disponível em: <googleimagens.com>. Acesso em: 21 nov. 2013.

**— QUESTÃO 09 —**

O quadrinho é uma homenagem aos 50 anos da Bossa Nova. Para produzir o efeito de humor,

- (A) subverte-se a essência da composição de Menescal e Bôscoli, traduzida na leveza e na suavidade de seus versos.
- (B) apresenta-se um casal temporalmente distante da produção daquele período da história da música brasileira.
- (C) constrói-se uma versão cujas escolhas lexicais deixam de remeter à obra original.
- (D) estabelece-se uma referência a partir das experiências amorosas do enunciador.

**— QUESTÃO 10 —**

O verbo *achar* é usado na fala da personagem como parte da estratégia de

- (A) evidenciação da fonte radiofônica.
- (B) avaliação do fato.
- (C) imposição de verdade.
- (D) modalização do discurso.

**— RASCUNHO —**

**— QUESTÃO 11 —**

Segundo a Constituição Federal, salvo para fins de reforma agrária, a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a

- (A) dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- (B) dois mil hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do presidente da República.
- (C) um mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- (D) um mil hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Prefeito Municipal.

**— QUESTÃO 12 —**

A Lei n. 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse sentido, tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados

- (A) devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (B) preliminarmente habilitados, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (C) qualificados conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias, para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- (D) habilitados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

**— QUESTÃO 13 —**

É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, entre outras sanções, de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada

- (A) pelo Governo Estadual, com prazo de resgate de até cinco anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- (B) pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- (C) pela Câmara Federal, com prazo de resgate de até doze anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- (D) pela Câmara Municipal, com prazo de resgate de até quinze anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

**— QUESTÃO 14 —**

Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável por frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- (B) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de sete a nove anos, pagamento de multa civil de até quatro vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de oito anos.
- (C) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se ocorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- (D) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

**— QUESTÃO 15 —**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Nesses termos, os Municípios incumbir-se-ão de

- (A) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.
- (B) baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação.
- (C) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- (D) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental.

**— QUESTÃO 16 —**

O Código Civil dispõe que o credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida, situação que configura a

- (A) novação.
- (B) dação em pagamento.
- (C) imputação do pagamento.
- (D) compensação.

**— QUESTÃO 17 —**

Nos termos do Código Civil, pode o devedor ou outrem por ele, com a entrega do imóvel ao credor, ceder-lhe o direito de perceber, em compensação da dívida, os frutos e rendimentos. Essas condições configuram um caso de

- (A) penhor.
- (B) hipoteca.
- (C) anticrese.
- (D) enfiteuse.

**— QUESTÃO 18 —**

As custas e os emolumentos devidos aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, nos atos relacionados com a aquisição imobiliária para fins residenciais, oriundos de programas e convênios com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a construção de habitações populares destinadas a famílias de baixa renda, pelo sistema de mutirão e autoconstrução orientada, serão reduzidos para

- (A) dez por cento da tabela cartorária normal, considerando-se que o imóvel será limitado a até sessenta e oito metros quadrados de área construída, em terreno de até duzentos metros quadrados.
- (B) vinte por cento da tabela cartorária normal, considerando-se que o imóvel será limitado a até sessenta e nove metros quadrados de área construída, em terreno de até duzentos e cinquenta metros quadrados.
- (C) trinta por cento da tabela cartorária normal, considerando-se que o imóvel será limitado a até setenta e um metros quadrados de área construída, em terreno de até trezentos metros quadrados.
- (D) quarenta por cento da tabela cartorária normal, considerando-se que o imóvel será limitado a até setenta e dois metros quadrados de área construída, em terreno de até trezentos e cinquenta metros quadrados.

**— QUESTÃO 19 —**

Segundo o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Devido à sua importância, a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada

- (A) quatro anos.
- (B) seis anos.
- (C) oito anos.
- (D) dez anos.

**— QUESTÃO 20 —**

Ao tratar da estruturação das leis, a Lei Complementar n. 95/1998 dispõe que a lei será estruturada em três partes básicas: preliminar, normativa e final. Na parte preliminar, a epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e

- (A) será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.
- (B) será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.
- (C) indicará o órgão ou a instituição competente para a prática do ato e sua base legal.
- (D) indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

**— QUESTÃO 21 —**

No que se refere aos prazos dos atos processuais, o Código de Processo Civil dispõe que o juiz proferirá os despachos de expediente e as decisões, respectivamente, no prazo de

- (A) 2 (dois) e 10 (dez) dias.
- (B) 3 (três) e 12 (doze) dias.
- (C) 5 (cinco) e 15 (quinze) dias.
- (D) 7 (sete) e 30 (trinta) dias.

**— QUESTÃO 22 —**

Segundo o Código de Processo Civil, considera-se inepta a petição inicial, entre outros casos, quando

- (A) a parte for manifestamente ilegítima.
- (B) o autor carecer de interesse processual.
- (C) o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição.
- (D) o pedido for juridicamente impossível.

**— QUESTÃO 23 —**

O Código de Processo Civil, ao tratar acerca do cumprimento da sentença, afirma ser título executivo judicial, entre outros, o

- (A) crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.
- (B) crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete ou de tradutor, quando as custas, os emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.
- (C) instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
- (D) formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores, a título singular ou universal.

**— QUESTÃO 24 —**

Segundo a Lei n. 12.016/2009, da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar em mandado de segurança caberá

- (A) agravo retido.
- (B) agravo de instrumento.
- (C) apelação cível.
- (D) correição parcial.

**— QUESTÃO 25 —**

Nos termos da Lei n. 9.099/1995, o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim considerada, entre outras, a ação de

- (A) natureza alimentar.
- (B) interesse da Fazenda Pública.
- (C) despejo para uso próprio.
- (D) acidente de trabalho.

**— QUESTÃO 26 —**

A omissão de quaisquer requisitos da Certidão de Dívida Ativa (CDA) previstos no artigo 202 do Código Tributário Nacional (CTN), assim como erro relativo a eles, ocasionará

- (A) a nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, sendo proibido o reparo do vício existente, devendo ser declarada extinta a CDA.
- (B) a validade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, desde que a nulidade seja sanada até o trânsito em julgado da decisão que dela versar.
- (C) a nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, podendo a nulidade ser sanada até a decisão de primeira instância.
- (D) a validade da inscrição e a impossibilidade da cobrança do valor dela decorrente, mesmo se sanada até o trânsito em julgado da decisão.

**— QUESTÃO 27 —**

Quanto ao princípio da reserva legal em relação à matéria tributária:

- (A) o uso de medida provisória na instituição de todos os tributos é permitido.
- (B) a fixação de prazo para pagamento de tributos depende de lei, em sentido formal.
- (C) a atualização monetária da base de cálculo do tributo prescinde de lei em sentido formal.
- (D) as matérias reservadas à lei podem ser tratadas pela legislação tributária.

**— QUESTÃO 28 —**

Com base na vedação do enriquecimento sem causa, a administração pública está obrigada à restituição do sujeito passivo o valor do tributo pago indevidamente ou a maior. Nos casos de restituição de indébito tributário,

- (A) a ação do sujeito passivo deverá ser intentada em cinco anos a contar da extinção do crédito tributário, equivalente à data do efetivo pagamento.
- (B) os juros e a correção monetária, na restituição, incidem a partir do pagamento indevido ou a maior que o devido.
- (C) a restituição do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, das multas de qualquer natureza.
- (D) a ação será intentada e a restituição do tributo é devida, devendo ser precedida da comprovação, pelo sujeito passivo, da realização do prévio protesto.

**— QUESTÃO 29 —**

Quanto ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e sua exigência pelo município,

- (A) a Constituição Federal de 1988 prevê a progressividade das alíquotas do imposto desde que fundada no valor do imóvel.
- (B) o município fixará alíquotas progressivas do imposto tendo como referência o uso do imóvel.
- (C) a comprovação da propriedade se afigura como requisito indispensável à lei municipal para atribuir a sujeição passiva do imposto.
- (D) a lei municipal definirá a zona urbana a partir dos critérios fixados pelo Código Tributário Nacional (CTN).

**— QUESTÃO 30 —**

Constitui dívida ativa tributária aquela proveniente de crédito dessa natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo já fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular. Destarte, o exposto à Certidão da Dívida Ativa (CDA)

- (A) tem natureza de título judicial.
- (B) é revestida de presunção relativa de liquidez.
- (C) é desprovida de efeito de prova pré-constituída.
- (D) goza de presunção absoluta de certeza.

**— QUESTÃO 31 —**

Para atendimento do bem comum é essencial a obtenção das receitas tributárias. É nesse sentido que a lei tributária estabelece as garantias e os privilégios do crédito tributário. No caso de existência de processo de falência, a lei preconiza que

- (A) a multa tributária prefere apenas os créditos subordinados.
- (B) a cobrança judicial do crédito tributário está sujeita à habilitação em falência.
- (C) o crédito tributário prefere os de igual natureza decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- (D) o crédito tributário prefere as importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar.

**— QUESTÃO 32 —**

Acerca das normas constitucionais, conhecidas como “Estatuto do Contribuinte”, que compreendem as imunidades e os princípios constitucionais,

- (A) a fixação da alíquota do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é desobrigada de obedecer ao princípio da noventena ou anterioridade mitigada.
- (B) o Imposto Sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis deixa de incidir quando o comprador do bem for pessoa física, representante legal dos sindicatos de trabalhadores.
- (C) o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é desobrigado de observar o princípio da anterioridade de exercício.
- (D) a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública deve obediência ao princípio da anterioridade de exercício e do princípio da noventena.

**— QUESTÃO 33 —**

Tomando por referência as normas gerais que versam sobre o instituto da isenção em matéria tributária:

- (A) a isenção é uma modalidade de extinção do crédito tributário e pode ser restrita a determinada região do território tributante.
- (B) a isenção é uma modalidade de suspensão do crédito tributário e pode ser concedida em caráter individual, gerando direito adquirido.
- (C) a isenção é uma modalidade de incompetência tributária e não pode ser efetivada em caráter geral.
- (D) a isenção é uma modalidade de exclusão do crédito tributário e pode ser restrita a determinada região em função de condições a ela peculiares.

**— QUESTÃO 34 —**

A correta definição do domicílio tributário do sujeito passivo da obrigação tributária é essencial uma vez que reflete diretamente na definição da legislação a ser aplicada. Considera-se domicílio tributário quanto

- (A) às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento, sendo vedado à autoridade administrativa recusar o domicílio eleito.
- (B) às pessoas jurídicas de direito público o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento, sendo permitido à autoridade administrativa recusar o domicílio eleito.
- (C) às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de suas atividades, sendo permitido à autoridade administrativa recusar o domicílio eleito.
- (D) às pessoas jurídicas de direito privado, o lugar da sua sede ou, em relação a fatos e atos que deram origem à obrigação, o de cada estabelecimento, sendo vedado à autoridade administrativa recusar o domicílio eleito.

**— QUESTÃO 35 —**

Tendo em vista a citação na execução fiscal, a lei determina que

- (A) a citação pelo correio considera-se feita, no dia da entrega da carta à agência postal se a data da entrega da carta no endereço do executado for omitida no aviso de recepção.
- (B) o edital de citação será afixado na sede do Juízo, publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com prazo de trinta dias.
- (C) a citação será feita por oficial de justiça ou por edital se o aviso de recepção não retornar no prazo de dez dias da entrega da carta à agência postal.
- (D) deverá ser citado por edital, com prazo limite de trinta dias a contar da publicação, o executado ausente do país.

**— QUESTÃO 36 —**

Segundo a Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

- (A) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- (B) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (C) estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.
- (D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

**— QUESTÃO 37 —**

O desrespeito à norma constitucional segundo a qual a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores, constitui

- (A) contravenção penal do Prefeito Municipal.
- (B) crime comum do secretário de Finanças do Município.
- (C) crime de responsabilidade do presidente da Câmara Municipal.
- (D) infração de menor potencial ofensivo do tesoureiro da Câmara Municipal.

**— QUESTÃO 38 —**

Nos termos da Constituição Federal, entre outros órgãos, pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- (A) a Mesa da Assembleia Legislativa.
- (B) a Mesa da Câmara Municipal.
- (C) o Prefeito Municipal.
- (D) o Procurador do Município.

**— QUESTÃO 39 —**

Dispõe a Constituição Federal que o Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado. Nesse sentido, compete privativamente ao presidente da República

- (A) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- (B) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- (C) resolver definitivamente as pendências sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (D) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

**— QUESTÃO 40 —**

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra

- (A) atos do presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União e do Procurador-Geral da República.
- (B) ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- (C) ato de governadores dos Estados e do Distrito Federal, desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dos membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal,
- (D) atos dos membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, dos membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

**— QUESTÃO 41 —**

São fontes formais do Direito do Trabalho:

- (A) doutrina, jurisprudência e súmulas do TST.
- (B) orientação jurisprudencial, analogia e equidade.
- (C) convenção coletiva do trabalho, acordo coletivo de trabalho e costume.
- (D) acontecimentos, fatos e decisões que inspiram o legislador a editar a lei.

**— QUESTÃO 42 —**

No Direito do Trabalho existe a preocupação em proteger a parte economicamente mais fraca. Um dos princípios de proteção ao empregado é:

- (A) o princípio da primazia documental.
- (B) o princípio da descontinuidade.
- (C) o princípio da onerosidade.
- (D) o princípio da irrenunciabilidade.

**— QUESTÃO 43 —**

O trabalhador que presta serviços sem vínculo empregatício, de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sendo sindicalizado ou não, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria profissional ou do órgão gestor de mão de obra, é o

- (A) trabalhador autônomo.
- (B) trabalhador avulso.
- (C) trabalhador eventual.
- (D) trabalhador temporário.

**— QUESTÃO 44 —**

Relativamente ao trabalho do aprendiz, a lei determina que

- (A) a jornada máxima de trabalho permitida ao menor aprendiz é de oito horas diária.
- (B) o contrato de aprendizagem deve ser ajustado por escrito mediante registro na CTPS e tem prazo máximo de dois anos.
- (C) o contrato pode ser celebrado com o maior de quatorze e menor de vinte e um anos, inscrito em programa de aprendizagem para formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento.
- (D) a remuneração do aprendiz poderá ser inferior ao salário mínimo hora.

**— QUESTÃO 45 —**

Sempre que uma ou mais empresas, embora cada uma delas tenha personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, o controle ou a administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego,

- (A) solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.
- (B) responsáveis dependendo da convenção coletiva do trabalho da categoria responsável.
- (C) consideradas empresas individuais, sem qualquer responsabilidade no que diz respeito à empresa principal e a cada uma das subordinadas.
- (D) subsidiariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

**— QUESTÃO 46 —**

Conforme tipificado no Código Penal, o agente que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica o crime de

- (A) concussão.
- (B) corrupção passiva.
- (C) prevaricação.
- (D) violência arbitrária.

**— QUESTÃO 47 —**

Segundo o Código Penal, quem adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal, ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos, incorre na mesma pena do crime de

- (A) receptação qualificada.
- (B) contrabando ou descaminho.
- (C) impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.
- (D) sonegação de contribuição previdenciária.

**— QUESTÃO 48 —**

O agente que dá causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente, pratica

- (A) fraude processual.
- (B) falso testemunho.
- (C) comunicação falsa de crime.
- (D) denúncia caluniosa.

**— QUESTÃO 49 —**

O acusado "A" e seu advogado são intimados da sentença penal que condenou "A" pelo crime de roubo, numa sexta-feira, dia 17 de janeiro. Nessa situação hipotética, o último dia para interposição do recurso de apelação pela defesa será

- (A) quarta-feira, 22 de janeiro.
- (B) sexta-feira, 24 de janeiro.
- (C) sábado, 1º de fevereiro.
- (D) segunda-feira, 03 de fevereiro.

**— QUESTÃO 50 —**

O recurso a ser interposto da decisão do juiz singular que nega a ordem de *habeas corpus* é:

- (A) recurso ordinário constitucional.
- (B) carta testemunhável.
- (C) correição parcial.
- (D) recurso em sentido estrito.